

Artigo original
Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro
ISSN: 1809-1261
UNIEURO, Brasília, número 9, 2012, pp. 138-149.

Recebido em: 1/11/2011
Revisado em: 5/12/2011
Aprovado em: 18/12/2011

A crise hondurenha e a recomposição das relações hemisféricas: a perspectiva brasileira

DOMÍNGUEZ AVILA, Carlos Federico ¹

Resumo: A comunicação explora as repercussões do golpe de Estado em Honduras (2009) e seus desdobramentos endógenos e exógenos, com destaque para a - firme - posição brasileira no episódio. O trabalho é resultado de pesquisa de campo, análise de fontes primárias, crítica de fontes secundárias (especialmente as publicadas em veículos acadêmicos brasileiros), e de um sistemático seguimento da situação imperante no país centro-americano. A estrutura interna da comunicação inclui introdução, três parágrafos principais, e considerações finais.

Palavras-chave: Honduras; América Latina, Política externa brasileira.

Introdução

Em 28 de junho de 2009, o presidente hondurenho José Manuel Zelaya Rosales foi derrubado por um golpe de Estado. Uma aliança de evidente orientação oligárquica, integrada por empresários, políticos, militares e até religiosos, se afastou decisivamente das regras e procedimentos da governabilidade democrática, adotando uma via de força claramente

¹ Doutor em História. Docente do Mestrado em Ciência Política do Centro Universitário Unieuro e do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 9, 2012, pp. 138-149.

inconstitucional, ilegítima e espúria. Sob a perspectiva das relações hemisféricas, de particular interesse para os fins deste artigo, cumpre destacar que o movimento golpista não foi reconhecido – ao menos publicamente – pelas autoridades de nenhum Estado americano, e de fato poucos dias depois do golpe o Estado hondurenho foi suspenso da Organização dos Estados Americanos. Mesmo assim, parece correto reconhecer que certos governos com tradicionais vínculos e interesses no referido país centro-americano poderiam ter feito muito mais para condenar e reverter a estratégia golpista da direita local.

A posição brasileira na questão hondurenha foi de transcendental relevância. Brasília manifestou desde o primeiro momento uma firme e sistemática oposição diante da conspiração que derrubou o presidente Zelaya.² De fato, no mesmo dia 28 de junho de 2009, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou o não retorno do embaixador brasileiro acreditado em Tegucigalpa – e que na época se encontrava em território brasileiro. Observe-se, também, que nesse contexto é possível estudar a posição brasileira em três momentos particularmente relevantes e significativos que serão objeto de apreciação nos três parágrafos subseqüentes: (a) o não-reconhecimento do governo de fato, (b) o abrigo ao presidente Zelaya na sede da Embaixada brasileira em Tegucigalpa, e (c) a gradual recomposição das relações bilaterais com os governos de Dilma Rousseff e Porfírio Lobo.

² Clovis Rossi, “OEA e Brasil enviam missão para buscar diálogo”, *Folha de São Paulo*, 12.9.2009, p. A 12.

Artigo original
Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro
ISSN: 1809-1261
UNIEURO, Brasília, número 9, 2012, pp. 138-149.

A reação brasileira diante do golpe hondurenho e seus desdobramentos iniciais

Desde as primeiras notícias do seqüestro e expulsão do presidente Zelaya a reação das autoridades brasileiras foi de veemente repúdio e oposição ao golpismo. O presidente Lula e o chanceler Celso Amorim expressaram publicamente sua reprovação aos atos de força, à usurpação das funções públicas e à violenta repressão das forças populares e democráticas implementadas pela aliança oligárquica hondurenha. Ainda que as mais altas autoridades brasileiras não participassem da famosa reunião presidencial de Manágua – de 29 e 30 de junho de 2009 –, quando uma dezena de governantes se reuniu para condenar os acontecimentos em Honduras, o acompanhamento político-diplomático do país sul-americano foi constante e persistente durante os três meses seguintes, particularmente no foro da OEA. O governo brasileiro também determinou a suspensão de numerosos programas e projetos de cooperação técnica bilateral.

Note-se que muitos movimentos sociais e políticos brasileiros também expressaram publicamente seu repúdio diante da arbitrariedade golpista. Assim, organizações sindicais, profissionais, camponesas, dentre outras, expressaram sua posição em diferentes locais da geografia brasileira. Em Brasília, por exemplo, representantes dos referidos movimentos montaram um virtual acampamento nas proximidades da sede da embaixada hondurenha, procurando

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 9, 2012, pp. 138-149.

demonstrar sua oposição aos desígnios do senhor Roberto Micheletti e outros usurpadores. Paralelamente, certos representantes de entidades sociais brasileiras expressaram sua solidariedade com o povo hondurenho diretamente nas persistentes manifestações de repúdio que predominaram nas ruas das principais cidades hondurenhas entre junho de 2009 e janeiro de 2011.

Na imprensa e na sociedade política brasileira a questão hondurenha também teve certa ressonância e reações diferenciadas, basicamente definidas pelas orientações político-ideológicas dos diferentes atores. Para a maioria das lideranças políticas de centro-esquerda o golpe hondurenho era totalmente espúrio, e uma ameaça ou precedente para outros governos latino-americanos. Entretanto, para setores de centro-direita o golpe hondurenho foi entendido como um procedimento estritamente local e fundamentado em supostas irregularidades cometidas pelo presidente Zelaya – sendo que não faltaram eufemismos legalistas para defender a tentativa golpista.³ Esse tipo de comentários foram particularmente evidentes durante a visita de trabalho de Zelaya a Brasília, em 12 de agosto de 2011, quando se entrevistou com o presidente Lula e com outras autoridades brasileiras.

O abrigo a Zelaya na Embaixada brasileira em Tegucigalpa

Após duas tentativas frustradas de retornar ao país e ao poder, o presidente Zelaya logrou entrar clandestinamente em Honduras e

³ Dalmo de Abreu Dallari, “Constituição justifica deposição de Zelaya”, *Folha de São Paulo*, 3 de outubro de 2009, p. A 13.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 9, 2012, pp. 138-149.

procurou abrigo na sede da representação diplomática brasileira em Tegucigalpa, iniciando uma nova fase de contradições no processo de recomposição política no país centro-americano e nas relações hemisféricas. Com efeito, entre 21 de setembro de 2009 e 27 de janeiro de 2010 – isto é, durante 128 dias –, o legítimo presidente hondurenho acabou sendo objeto de um longo, inesperado e surpreendente abrigo diplomático para ele e numerosos seguidores.⁴ Naturalmente o abrigo diplomático brasileiro ao mandatário hondurenho foi duramente questionado pelos usurpadores, com base em critérios jurídicos, chegando ao extremo de ameaçar com uma intervenção direta na representação diplomática sul-americana e proceder à captura e eventual execução do presidente Zelaya – também foi apresentada uma demanda contra o governo brasileiro na Corte Internacional de Justiça.

Ainda que os antecedentes diretos da “chegada” e do “abrigo” a Zelaya na sede da representação brasileira ainda sejam objeto de muita polêmica, parece apropriado reconhecer que, no fundo, se tratava de um esforço para reiniciar as negociações com Micheletti sob um patamar mais equilibrado, além de recompor a ordem constitucional e evitar colocar em risco a legitimidade e lisura do processo eleitoral presidencial, parlamentar e municipal previsto para o dia 28 de novembro de 2009.⁵ Seja como for, não parece incorreto ou

⁴ Claudia Antunes, “Debate de fundo real é entre ‘golpe corretivo’ e democracia”, *Folha de São Paulo*, 27 de setembro de 2009, p. A 16. Fabiano Maissonave, “Casta tem personagens de reality show”, *Folha de São Paulo*, 4 de outubro de 2009, p. A 20.

⁵ Gustavo Hennemann, “Golpe divide candidatos à eleição em Honduras”, *Folha de São Paulo*, 27 de setembro de 2009, p. A 15.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 9, 2012, pp. 138-149.

inconsistente supor que Zelaya procurou a representação brasileira após acordo preliminar com as autoridades do governo brasileiro.

Lamentavelmente, a tentativa de recompor o dialogo político não foi aceito pela aliança golpista.⁶ E o resultado foi um virtual cerco e acosso à sede da representação diplomática brasileira – inclusive com armamentos sofisticados importados de Israel com a finalidade de derrubar a resistência do mandatário.⁷ Naturalmente a reação das autoridades brasileiras foi enérgica e se manifestou em foros hemisféricos e em termos bilaterais – especialmente com o governo de Barak Obama –, demandando que o regime de facto respeitasse sua sede diplomática. E nessa mesma linha, uma comissão de congressistas brasileiros visitou Tegucigalpa em 1 e 2 de outubro de 2009, demandando rigorosa adesão e cumprimento de acordos internacionais por parte do regime de Micheletti.

Cumprе acrescentar que os alinhamentos político-ideológicos citados no parágrafo anterior se acirraram na imprensa, na sociedade civil e na sociedade política do Brasil.⁸ Para alguns comentaristas o abrigo ao presidente Zelaya era uma contribuição relevante no processo de recomposição democrática em Honduras.⁹ Para outros, tratava-se de

⁶ Fabiano Maisonnave, “Golpista dá 10 dias para Brasil ‘definir’ Zelaya”, *Folha de São Paulo*, 28 de setembro de 2009, p. A 10.

⁷ Denise Chrispim Marin, “Impasse agrava crise em Honduras”, *O Estado de São Paulo*, 27 de setembro de 2009, p. A16. Andres Oppenheimer, “Fim da crise pode ser eleição, conciliação ou intervenção”, *Folha de São Paulo*, 25 de setembro de 2009, p. A 11.

⁸ Sergio Leo, “Zelaya, um teste para todos”, *Valor*, 28 de setembro de 2009, p. A2.

⁹ Aloizo Mercadante, “Abrigando a democracia”, *Folha de São Paulo*, 25 de setembro de 2009, p. A 3.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 9, 2012, pp. 138-149.

um excesso da diplomacia do governo Lula e até uma violação da soberania hondurenha.¹⁰

Nesse conturbado contexto bilateral e hemisférico o governo brasileiro anunciou que não reconheceria o processo eleitoral hondurenho que culminou, em 28 de novembro de 2009, com a “vitória” de Porfírio Lobo Sosa.¹¹ Ainda que o senhor Porfírio Lobo tivesse apoiado inicialmente o golpe e que seu partido era basicamente de direita dura, ele teve o mérito de reconhecer a necessidade de avançar no processo de reconciliação nacional e especificamente permitir a saída do presidente Zelaya – além de reconstituir as relações externas do então isolado país centro-americano.¹² Em consequência, no mesmo dia da posse, em 27 de janeiro de 2010, Lobo Sosa visitou a embaixada brasileira em Tegucigalpa e autorizou as imunidades que permitiram a saída de Zelaya em segurança com destino à República Dominicana, onde permaneceu até seu retorno a Tegucigalpa, em 28 de maio de 2011.¹³

A distensão e normalização das relações bilaterais

¹⁰ Luiz Felipe Lampreia, “Abrigar Zelaya pode custar caro para o Itamaraty”, *O Estado de São Paulo*, 27 de setembro de 2009, p. A16. Jorge Zaverucha, “A derrapagem brasileira em Honduras”, *Folha de São Paulo*, 25 de setembro de 2009, p. A 3

¹¹ “Favorito nas eleições de Honduras diz que pedirá apoio do Brasil”, *BBC Brasil*, 28 de novembro de 2009, disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/11/091127_honuras_pepe_cq.shtml, consulta em 18 de agosto de 2011.

¹² “Candidato favorito em eleições admite apoiar a volta de Zelaya”, *Folha de São Paulo*, 25 de setembro de 2009, p. A 12. Fabiano Maisonnave, “Honduras empossa Lobo para dar fim à crise”, *Folha de São Paulo*, 27 de janeiro de 2010, p. A 10.

¹³ Fabiano Maisonnave, “Em posse, Lobo assina anistia e prega união”, *Folha de São Paulo*, 28 de janeiro de 2010, p. A 12. Ana Lúcia Borges, “Dia D em Honduras”, *O Globo*, 28 de janeiro de 2010, p. 27. “Após 4 meses, Zelaya deixa a embaixada brasileira”, *Folha de São Paulo*, 28 de janeiro de 2010, p. A 12.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 9, 2012, pp. 138-149.

A assunção de Porfírio Lobo (janeiro de 2010) e de Dilma Rousseff (janeiro de 2011) criaram as condições básicas para a recomposição das relações brasileiro-hondurenhas, em particular, e a reinserção de Honduras no sistema interamericano, em geral.¹⁴ Mesmo assim, a política brasileira de não-reconhecimento dos resultados das eleições hondurenhas e do próprio governo de Lobo Sosa continuaram vigentes até o retorno seguro e honroso de Zelaya a Honduras, em 28 de maio de 2011.¹⁵ Cumpre acrescentar que o retorno de Zelaya a seu país de origem e a reintegração de Honduras na OEA foram logrados no marco geral do denominado Acordo de Cartagena, assinado por Lobo, Zelaya e o presidente colombiano Juan Manuel Santos, em 22 de maio de 2011.¹⁶ O Brasil reconheceu a importância desse acordo político e acabou sendo nomeado, junto com a Colômbia, a Venezuela e o México, um dos garantes.

Assim, em junho de 2011, após dois anos de turbulências políticas nas relações bilaterais, as relações bilaterais foram normalizadas, inclusive com a nomeação de embaixadores em Brasília e Tegucigalpa. O processo de normalização permite supor que numerosos projetos de cooperação econômica, política e sociocultural entre o Brasil e Honduras possam ser reativados. Em 16 de agosto de 2011, por exemplo, o Embaixador Antônio José Ferreira Simões, subsecretário-geral da América do Sul, Central e Caribe do Ministério das Relações

¹⁴ Simone Iglesias, “Brasil prega reaproximação com Honduras”, *Folha de São Paulo*, 20 de fevereiro de 2010, p. A 10.

¹⁵ “Relações com o Brasil ainda congeladas”, *O Globo*, 28 de janeiro de 2010, p. 27.

¹⁶ “Texto del Acuerdo de Cartagena”, Cartagena de Indias, 22 de maio de 2011, disponível em http://voselsoberano.com/v1/index.php?option=com_content&view=article&id=11238%3Atexto-del-acuerdo-de-cartagena-de-indias&catid=1%3Anoticias-generales&Itemid=1, consulta em 17 de agosto de 2011.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 9, 2012, pp. 138-149.

Exteriores, se reuniu com o presidente Lobo e anunciou a doação de alimentos para programas de merenda escolar em Honduras.¹⁷ No fundamental, o governo brasileiro parece reconhecer que a administração de Lobo Sosa tenta implementar um construtivo processo de reconciliação interna e externa do país.¹⁸

Considerações finais

O golpe de Estado provocou um sensível retrocesso econômico, político, social e cultural para o povo hondurenho. A repressão golpista foi terrível (com mais de 200 mortos comprovados). Muitos foram torturados, exilados e ofendidos. Em termos econômicos a situação, que era razoável após um triênio de crescimento acima de 5,0% anual – isto é, entre 2006 e 2008 –, foi revertida pela crise política e pelas conseqüências da crise financeira global. No campo social e cultural os desdobramentos do golpe também foram negativos. E obviamente o próprio processo de democratização, em vigor desde 1982, ficou em dúvida. Eis a origem dos esforços para conseguir a criação de uma Assembléia Nacional Constituinte que permita uma reconciliação do Estado com a Sociedade.

¹⁷ “Brasil donará alimentos para merienda escolar”, *Tiempo*, 16 de agosto de 2011, disponível em: <http://www.tiempo.hn/index.php/component/content/article/34-portada/3391-brasil-donara-alimentos-para-merienda-escolar>, consulta em 18 de agosto de 2011.

¹⁸ Em termos comerciais as relações Brasil-Honduras experimentaram uma evidente contração nos fluxos totais. Segundo estatísticas brasileiras, a corrente de comércio bilateral se reduziu de 141,9 milhões dólares em 2008, para 84,7 milhões em 2009, e 80,6 milhões em 2010. Acredita-se que a partir de 2011 os fluxos retornem à casa dos 100 milhões anuais – ainda que com um estrutural superávit para o lado brasileiro.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 9, 2012, pp. 138-149.

Em termos de relações hemisféricas o golpe hondurenho foi condenado pelos membros da OEA. Contudo, o reconhecimento do conturbado e duvidoso processo eleitoral de novembro de 2009 – realizado sem garantias essenciais de pluralismo e voto livre – gerou não poucas divergências entre governos do continente, particularmente entre governos de centro-esquerda e de centro-direita. Nesse contexto, cumpre reiterar que o governo do presidente Lula manifestou firme e persistente repulsa diante da intentona golpista. A política de não-reconhecimento de Micheletti e de Lobo continuou vigente nos primeiros meses do governo da presidente Dilma Rousseff, e somente foi modificada após a assinatura do denominado Acordo de Cartagena, que garantiu um retorno seguro de Zelaya ao seu país de origem.

Vários analistas sugerem que a firmeza brasileira evidenciou a crescente relevância de Brasil no continente e no mundo.¹⁹ E a concessão de abrigo a Zelaya e seguidores na embaixada brasileira em Tegucigalpa foi considerada como uma das iniciativas mais ousadas da política externa do presidente Lula. Naturalmente, a oposição direitista dentro e fora de Brasil questionou essa política. Seja como for, parece evidente que a defesa da democracia, dos direitos humanos e da unidade latino-americana, além da defesa do próprio interesse nacional, foram testados e aprovados no dramático episódio hondurenho.²⁰

Referências bibliográficas

¹⁹ Sérgio Dávila, “Honduras expõe novo status do Brasil”, *Folha de São Paulo*, 4 de outubro de 2009, p. A 18.

²⁰ “Lições de Honduras”, *Folha de São Paulo*, 29 de janeiro de 2010, p. A 2.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 9, 2012, pp. 138-149.

Domínguez Avila, Carlos. 2011. "Honduras: Bipartidarismo, Representação e Construção de uma democracia de cidadania." *Hegemonia*, Disponível em: http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia_08_06.pdf, Consulta em 10 de agosto de 2011.

_____. 2010. "Honduras: fim da crise ou crise sem fim?" *Correio Braziliense*, Brasília, 17 de fevereiro, p. 15.

_____. 2010. "Las elecciones de 2009 en Honduras: apuntes para un debate", *Alainet*, Disponível em: <http://alainet.org/active/35915>, consulta em 18 de agosto de 2011.

_____. 2009. "Democracia e Autoritarismo em Honduras: o que está em jogo?" *Mundorama*, Disponível em: <http://mundorama.net/2009/09/28/democracia-e-autoritarismo-em-honduras-o-que-esta-em-jogo-por-carlos-federico-dominguez-avila/>. Consulta em 17 de agosto de 2011.

_____. 2009. *As relações entre o Brasil e a América Central: um século de afinidades eletivas, solidariedade e convergência (1906-2010)*. 1. ed. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

_____. 2008. "Brasil y Honduras: un estudio de las relaciones bilaterales en perspectiva histórica (1906-2008)." *Revista Estudios - Universidad de Costa Rica*, v. 21, p. 73-85, disponible em: <http://www.estudiosgenerales.ucr.ac.cr/estudios/no21/papers/isec7.html>, consulta em 15 de agosto de 2011.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 9, 2012, pp. 138-149.